

## A CULTURA DE PAZ E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA ESCOLA ABERTA, ESCOLA DA GENTE

*Maria da Cruz Soares da Cunha Laurentino*

*Maria Gessi-Leila Medeiros*

*Maria do Carmo Alves do Bomfim*

*Francisco Waldílio da Silva Sousa*

### Introdução

A Década Internacional da Cultura de Paz e Não Violência para Crianças do Mundo compreendeu o período de 2001 a 2010 e, apesar de, historicamente, já existirem lutas em busca da paz mundial, esse movimento por uma Cultura de Paz ainda avança. Mas afinal, o que é a Paz? Montessori (2004) apresenta-nos um conceito de paz como:

um princípio prático da civilização humana e da organização social que está fundamentada na própria natureza humana. A paz não escraviza o homem, pelo contrário, ela o exalta. Não humilha, muito ao contrário, ela o torna consciente de seu poder no universo (MONTESSORI, 2004, p.54 *apud* CARVALHO, 2011, p.215-216).

Já Serrano (2002, p.83) enfatiza que:

a paz é um valor, um dos principais valores da existência humana, e afeta todas as dimensões da vida: interpessoal, intergrupar, nacional, internacional. Exige igualdades e reciprocidade de relações. A paz diz respeito a três conceitos: o conflito, o desenvolvimento e os direitos humanos.

Podemos perceber que a preocupação com a paz guia para uma convivência internacional onde os problemas da humanidade são reflexos da tomada de consciência mundial, ou seja, todos desejam a paz, no entanto, nessa unanimidade é necessário compreender que uma grande diversidade

a rodeia, o que, de certo modo, gera determinados conflitos cotidianos, tanto em nossas relações pessoais quanto com os grupos sociais.

A *pax romana* do mundo ocidental trouxe como herança uma visão tradicional sobre a paz como a ausência de conflito e de violência. A este respeito, Jares (2002) afirma que se definia a paz negativamente como “ausência de” e identificava-se a ideia de paz com a de tranquilidade.

Para Weil (2007) “[...] a maioria das pessoas se refere à Paz como ausência de guerra, que se obtém por um tratado. Esta é apenas uma visão da Paz, limitada ao aspecto social e internacional de uma Cultura de Paz.” (WEIL, 2007, p.39). Matos (2011) corrobora essas concepções ao afirmar que o silêncio imposto é uma das maiores violências. Pois, essa paz negativa acaba por manter uma ordem baseada no autoritarismo e no domínio através de atos violentos físicos ou simbólicos. Sendo, portanto, necessário desnaturalizar o conceito de paz. Ou seja, é necessária a promoção de uma cultura de paz positiva baseada na justiça e nos direitos humanos, pois é possível educar para a paz.

Jares (2002) define a paz positiva com a ausência de luta declarada, baseada nas relações que superem as diferenças e resolvam conflitos. Pierre Weil (2007) amplia esses conceitos, considerando ser a Paz um estado de harmonia que se manifesta em três direções: Consigo mesmo, ou Paz Individual; com os outros, ou Paz Social; e com a natureza, ou Paz Ambiental. Corroborando esse entendimento, Crema (2007) afirma que “cuidar da paz, é investir em nosso potencial de inteireza, de integridade, de conectividade e de comunhão” (CREMA, 2007, p.162).

Então a paz positiva é a resolução de conflitos através da justiça e de forma não violenta. Nandu *apud* Jares (2002),





afirma que “o postulado fundamental da paz é a preservação da vida humana o mais humanamente possível”. Observamos que os conceitos de paz negativa e positiva são complementares e se baseiam em cinco dimensões: não violência, justiça econômica, igualdade social, liberdade política e fraternidade psicológica.

Atualmente, procura-se estudar, discutir e agir em prol de uma paz positiva onde o conflito se faz necessário, ao contrário da paz negativa. Para Matos (2010) “[...] é necessário desnaturalizar o conceito de paz. São muitos os que acreditam que estar em ‘paz’ é ‘conservar-se passivo’, ‘sem voz’” (2010, p.36). Assim, o conceito de paz positiva está ligado à justiça e à sustentabilidade, aos direitos humanos e à democracia. (*op cit*).

Como afirma Boff (2007, p.37), “a paz não nasce por ela mesma. Ela é sempre fruto de valores, comportamentos e relações que são vividos previamente. O resultado feliz é então a paz, talvez o bem mais ansiado e necessário da humanidade atual”. As dificuldades de produção da cultura de paz apresentadas por Almeida, Abreu e Barreira parecem

esbarrar na ausência de políticas públicas capazes de dividir renda, permitir acesso a condições básicas de moradia e saúde, pressupondo essencialmente o acesso a serviços de justiça que sejam menos violentos e não agridam o cidadão comum com a morosidade, o descaso e a ineficiência (ALMEIDA, ABREU, BARREIRA, 2003, p.187).

Na verdade, as políticas públicas surgem recheadas de ações que buscam minimizar as situações opressoras e desiguais com as quais convive a população. Grande parte delas traz em seu bojo o viés da cultura de paz e da educação para paz.

Nesse sentido, este trabalho pretende apresentar os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola da rede

municipal de ensino de Teresina – PI. A Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana fica localizada na Vila Irmã Dulce, zona sul de Teresina – PI. Nessa instituição foi implantado o Programa Escola Aberta (PEA), que enfatiza a temática “Cultura de Paz” e está vinculado à política pública implementada pelo governo federal, por meio da Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC), que visa dentre outros objetivos, a redução das violências e dos conflitos no espaço escolar e nas comunidades.

No caso da unidade escolar pesquisada observamos, por meio de depoimentos orais de profissionais que nela trabalham que, desde a sua inauguração no ano de 2008, vêm ocorrendo vários conflitos nessa escola, desde agressões morais – palavrões, xingamentos –, atos de vandalismo, ameaças, furtos, até agressões físicas entre estudantes (meninas, meninos). “São tensões fortes afetando significativamente as convivências, principalmente entre crianças e jovens e destas com profissionais – educadoras/es, equipe gestora e outros –, repercutindo negativamente no rendimento escolar das alunas e dos alunos” (BOMFIM, 2001, p.11).

Metodologicamente, este trabalho se constituiu em uma pesquisa situada naquela que classifica o estudo de caso como abordagem qualitativa. Para Lüdke e André (2012), o estudo de caso “incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venha a ficar evidente certas semelhanças com outros casos e situações” (LÜDKE; ANDRÉ, 2012, p.17).

Para Creswell (1994), o estudo de caso é definido por um processo no qual

o pesquisador explora uma simples entidade ou fenômeno limitado pelo tempo e atividade (um programa, evento, processo, instituição ou grupo social) e coleta





detalhada informação utilizando uma variedade de procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo definido. (CRESWELL, 1994, p.12 *apud* GIL, 2009, p.6).

Nesta investigação, foram utilizados como métodos teóricos: a pesquisa documental ao realizar leitura de documentos, tais, como: fotografias de atividades realizadas através do PEA, informativo sobre o PEA no município de Teresina, a Lei nº 4.078, de 14 de janeiro de 2011, que determina a instituição de Áreas Escolares de Segurança e Cidadania nas ruas do entorno das escolas públicas municipais de Teresina e dá outras providências; observação e entrevistas.

Inicialmente, acreditamos ser necessário situar o leitor ao local no qual a escola está inserida. Este foi, costumeiramente, construído por estigma de lugar. Para Novaes (2003), “certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e a corrupção dos traficantes e da polícia” (NOVAES, 2003, p.122). A Vila Irmã Dulce, assim conhecida formalmente, não é constituída como bairro, mas está bastante desenvolvida e apesar dos problemas enfrentados como saneamento básico, pavimentação, entre outros, se transformou em uma área de grande desenvolvimento, principalmente, no que se diz respeito ao desenvolvimento de casas comerciais.

Outros problemas surgem na vila e se referem a fatores que podem gerar violências, como a falta de escolas para crianças, jovens e adultos, falta de hospital, falta de espaços de lazer, falta de emprego, entre outros.

Os porões periféricos, onde vivem muitos jovens, guardam espaços tortuosos e estreitos por onde se desencadeiam ações e reações cotidianas ao modo de vida da população. Trata-se de um mundo excluído do *espaço*

*público* (No sentido de H. Arendt) e estigmatizado pelo imaginário coletivo. São populações sofredoras das profundas disparidades sociais que rapidamente arrastam multidões para o interior da violência (ALMEIDA, ABREU, BARREIRA, 2003, p.170).

A visão sobre a Vila Irmã Dulce, ligando-a à questão da violência, é uma das maiores violências cometidas a ela. Silva (2005) desenvolveu uma pesquisa intitulada: A BRUXA MÁ DE TERESINA: Um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento” (1998 – 2005), na qual afirma que uma das causas dessa visão é apontada em razão do discurso midiático.

O estigma de “lugar violento” – logo de “pessoas perigosas” sobre a Vila Irmã Dulce foi construído pela representação social de violência da polícia e disseminado pela representação social de violência da imprensa (SILVA, 2005, p.50).

Para Silva (2005), a real violência advém dos noticiários midiáticos que envolviam casos rotineiros e isolados, mas que a imprensa fazia uso desses, tornando a vila mais visível pela onda da violência. O estigma já traçado implica na rotina das pessoas que por lá habitam. De acordo com a Coordenadora Local do PEA:

*É difícil você arrumar um emprego se disser que mora na Vila Irmã Dulce. As pessoas acham que aqui todo mundo é bandido e você acaba mentindo, dizendo que mora em outro bairro (COORDENADORA LOCAL).*

Entendemos que tudo isso é reflexo da ausência ou ineficácia de ações concretas, pensadas e por vezes planejadas como políticas públicas. A afirmativa é corroborada por Bomfim ao enfatizar que “[...] como em outras lutas pela melhoria de condições de vida nos bairros, observa-se o descaso sistemático





das autoridades para com as classes populares, não atendendo às suas reivindicações”. (BOMFIM, 1991, p.285).

Assim, as maiores violências sofridas pela população da Vila Irmã Dulce referem-se à ausência ou ineficácia de ações públicas que atendam a atenção primária da saúde e da educação básica. São razões mais que suficientes, para desenvolver-se neste lugar uma cultura de paz.

Diversos estudos sobre a violência nas escolas demonstram que o grande contingente de crianças, jovens e adultos que frequentam o espaço escolar, bem como as diversas influências externas referentes a contextos econômicos, políticos, culturais e sociais, alcançam mais gravidade em razão do surgimento de armas nas escolas, da disseminação do uso de drogas e da expansão do fenômeno das gangues, ações definidas por Charlot (2002) como indisciplina e incivilidades. O autor distingue a violência que ocorre **na** escola como sendo aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar, violência **à** escola que está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar e a violência **da** escola que é uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (CHARLOT, 2002, p.434).

Na Escola Raimundo Nonato Monteiro Santana, foi evidenciado que as duas primeiras violências institucionais definidas por Charlot (2002) estão presentes em quase todo o espaço escolar. São invasões por gangues, pessoas alheias à escola que roubam, furtam e a depredam. São janelas, portas, lâmpadas e carteiras quebradas que retratam a deterioração do prédio. Já a violência da escola ou simbólica, não foi possível identificar para assumir um posicionamento, haja vista que as observações neste trabalho ocorreram na instituição,



prioritariamente, nas ações do PEA nos finais de semana, e, ocasionalmente, durante a semana.

Em relação a estes fenômenos de violência, os/as ofi-  
cinandos/as opinaram que a vila é violenta e negaram ter  
praticado ou sofrido violências, mas demonstraram temer as  
violências que a percorrem e aos arredores da escola. As re-  
presentações de vila violenta apresentadas nas falas dos sujei-  
tos requerem a sua aproximação com a ideia de vila violenta  
transmitida pela mídia. Vale ressaltar que as concepções des-  
ses sujeitos vincula a violência cotidiana como sendo aquela  
marcada pela agressão física e, prioritariamente, resultando  
em morte.

Quanto à prevenção das violências na escola, a direção  
tem tomado algumas providências. Durante o ano de 2012,  
houve a elevação em meio metro de seus muros, a construção  
de muro intermediário, propiciando o fechamento de acesso à  
quadra de esportes e foram colocadas grades que fecham seu  
ambiente por todos os lados, parecendo mais uma prisão, de  
certo modo mais um tipo de violência manifestada de modo  
simbólico.

*A escola só pode acionar os órgãos. Eles devem fazer  
cumprir a Lei nº 4078<sup>1</sup>, de 14 de janeiro de 2011, que  
trata a escola como área de segurança. Até 100 metros  
tem que ser iluminada, pavimentada, urbanizada e o  
comércio em seu entorno tem que ser inspecionado  
para saber os produtos que são vendidos (DIRETOR).*

Acredito que as leis existentes nos beneficiam nesses  
aspectos, afinal, iluminação, pavimentação, urbanização são  
ações essenciais para o desenvolvimento social e comunitário.

---

<sup>1</sup> A Lei 4078/2011 encontra-se disponível no endereço eletrônico: <[http://www.teresina.pi.gov.br/dom/doc\\_diario/DOM1381-21012011.pdf-21012011.pdf](http://www.teresina.pi.gov.br/dom/doc_diario/DOM1381-21012011.pdf-21012011.pdf)>. Acesso em: 12.10.12





No entanto, mesmo com esta lei específica aos espaços educacionais, ainda encontram-se essas reclamações por parte dos gestores.

Essas ações não resolveram os problemas, se antes o acesso à escola por vândalos e bandidos ocorria por cima do muro, hoje ocorre através dele. Esse muro esburacado dá acesso à quadra de esportes da instituição, que atualmente, é mais um espaço cimentado, com seu alambrado e traves destruídos e levados por vândalos.

## **O Programa Escola Aberta e a Sua Relação com a Cultura de Paz**

O PEA foi implementado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Esporte e da Cultura, contando com a cooperação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Programa Escola Aberta tem por base a experiência, avaliada como bem-sucedida, da UNESCO com o “Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz” iniciada em 2000 nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, e posteriormente implementada em outras regiões do país. (BRASIL, RESOLUÇÃO, nº 03, DE 01.04.2010).

O PEA apresenta objetivos que visam

contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, busca fortalecer a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução da



violência escolar em unidades localizadas em regiões de risco e vulnerabilidade social. (BRASIL, 2012).

A proposta do PEA, no município de Teresina, apresenta estes objetivos e se propõe

[...] tornar as escolas públicas de educação básica espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades complementares às ações educacionais, melhorando, assim, a qualidade da educação (PIAUI, [s.d]).

O alcance desses ocorre por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade; ampliação das oportunidades de acesso à formação para a cidadania e redução de violências na comunidade escolar. Possibilitando o fortalecimento e a integração entre escola e comunidade, a ampliação das oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania, contribuindo para a redução da violência escolar em unidades localizadas em regiões de risco e vulnerabilidade social e apresenta como *slogan*: “Escola Aberta, Escola da Gente – Educação **para** todos, **com** todos e **para** cada um.” (grifo nosso).

O PEA enfatiza em seus objetivos a construção de uma cultura de paz. Percebe-se a paz em uma visão holística e individual na qual, por ser a pessoa um sujeito em construção sócio-histórico-cultural, através da educação este pode desenvolver valores fundamentais aos direitos humanos. Para Carvalho (2011) “[...] o século XXI nasce sob a esperança de que a educação é o caminho para consolidar uma Cultura de Paz, calcada em princípios da Educação para a Paz e da Educação de Valores. (CARVALHO, 2011, p.215).

Ressaltamos que a diversidade e o conflito existentes na escola são necessários para construção de uma paz positiva, tornando-se, assim, um ambiente propício para que seus atores possam chegar às resoluções de conflitos e à (re)construção





de uma sociedade melhor. Desse modo, Educar para a Paz é antes de tudo reduzir as desigualdades sociais e os desafios que vivenciam a educação brasileira, promover práticas dialógicas, rejeitar as discriminações e vivenciar valores pautados na tolerância, na solidariedade e no amor a si mesmo e ao próximo.

As atividades do PEA são desenvolvidas por meio de atividades e oficinas realizadas durante os finais de semana. As primeiras oficinas oferecidas pelo PEA na Escola Municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana iniciaram no dia 08 de março do ano 2008 e foram até dezembro de 2012, oferecidas 34 tipos oficinas, das quais oito eram permanentes e 26 eram temporárias.

As oficinas permanentes são aquelas que ocorrem durante o ano todo. Geralmente, foram essas atividades que mais movimentavam o corpo dos jovens: balé clássico, capoeira, futsal, ginástica aeróbica, *hip hop*, karatê e violão popular.

As oficinas temporárias são oferecidas a qualquer momento, depende da procura da comunidade, da disponibilidade deicineiros, e dos recursos financeiros e de materiais disponíveis. No período de 2008 a 2012, o PEA na instituição pesquisada ofereceu em média de 26 tipos de oficinas artesanato, bijuterias, *biscuit* bordado (em sandália, traçado com fita, oitinho ou vagonite e ponto cruz), bolo caseiro, bombom de chocolate, boneca, corte e costura, crochê, dança, desenho, falso couro, flor de meia, futvôlei, história em quadrinhos, manicure e pedicure, manutenção em computadores, manutenção em eletrônica, penteado, pintura em tecido, pizzaiolo, produtos de limpeza, rede, reforço, salgados, e *strytee dance* (sic).

Os resultados das atividades e oficinas, além de propiciarem novas habilidades para os oficinados, geram produtos que aquecem o mercado comercial tanto da vila, quanto teresinense

e são fontes de renda para os oficinandos que, a partir desse novo aprendizado, podem tornar-se profissionais liberais.

Assim, as ações desenvolvidas a partir do PEA geram uma cultura de participação cidadã, reconhecimento pessoal e sentimento de pertencimento à comunidade, os quais refletem orgulho pelo trabalho realizado, e se constituem como exemplos a serem seguidos. Assim, o fato de as instituições ficarem abertas durante os finais de semana é visto como uma boa ideia, pois os sujeitos, para além de ensino e aprendizagem e novas convivências, possibilitam às pessoas com menor poder aquisitivo financeiro o acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, à formação para o trabalho e a promoção da cultura de paz.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosimeiry; ABREU Domingos; BARREIRA César. Andando na periferia de Fortaleza: Exclusão, juventude e violência. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. (Org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BOFF, Leonardo. Bases para a Cultura da Paz. In: MAGALHÃES, Dulce (Org.). *A paz como caminho*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 03, DE 01.04.2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16737&Itemid=8](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16737&Itemid=8)>. Acesso em: 31 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. MEC/SEB/Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Manual Operacional de educação integral*. 2012.

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. *Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina – O caso dos bairros Lourival Parente e Vila São Francisco/sul*. 342f. Dissertação (Mestrado em Filosofia Educação). Programa de Estudos Pós-





- Graduados em Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 1991.
- CARVALHO, Lúcia Helena de. Educação para a paz. In: FREIRE, Nádia Maria Bádue (Org.). *Educação para a paz e a tolerância: fundamentos teóricos e prática educacional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. ano 4, n. jul-dez, p.432-442, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>>. Acesso em: 13 dez. de 2012.
- CREMA, Roberto. Cuidar da Paz. In: MAGALHÃES, Dulce (Org.). *A paz como Caminho*. 2. ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. *Estudo de caso: fundamentação científica – subsídios para coleta e análise de dados – como redigir o relatório*. São Paulo: Atlas, 2009.
- JARES, Xesús R. *Educação para a paz: sua teoria e sua prática*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. [Reimpr.] São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2012.
- MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes. A paz protege: experiências de paz em escolas de Fortaleza. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do et al. *Educação e diversidade Cultural*. Fortaleza: UFC, 2010.
- NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso In: FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p.121-141.
- SERRANO, Glória Pérez. *Educação em valores: como educar para a democracia*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, Arnaldo Eugênio Neto da. *A bruxa má de Teresina: Um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento”* (1998 – 2005). 135 f. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, Piauí, 2005.

WEIL, Pierre. *Educação para uma Cultura de Paz: teoria e prática de vinte anos de experiência*. In: MAGALHÃES, Dulce (Org.). *A paz como caminho*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

